

AFROS & AMAZÔNICOS



DO HEROÍSMO AS ATROCIDADES: CONFLITOS ÉTNICO-RACIAIS NA HISTÓRIA DE RONDÔNIA

From Heroism to Atrocities: Ethnic-Racial Conflicts in the History of Rondônia

Ozonildo Fernandes Oliveira*

Marco Antônio Domingues Teixeira**

Resumo: Este trabalho analisa dois episódios históricos de Rondônia: a expedição bandeirante de Antônio Raposo Tavares, no século XVII, e a Comissão Rondon, responsável pela instalação das linhas telegráficas no início do século XX. Ambos são frequentemente retratados como marcos heroicos, mas, sob uma perspectiva crítica, revelam-se entrelaçados com colonialismo, racismo e eurocentrismo. A expedição de Tavares, embora celebrada como expansão territorial, promoveu a escravização de indígenas e a destruição de comunidades. Já a Comissão Rondon, sob o discurso de progresso, perpetuou violências e práticas assimilacionistas contra indígenas e trabalhadores negros. Utilizando revisão bibliográfica e análise iconográfica, o estudo questiona as narrativas hegemônicas que glorificam essas figuras, ocultando as atrocidades cometidas. Com base em autores como Dagoberto Fonseca (2022) e Aníbal Quijano (2005), propõe-se uma reflexão crítica sobre raça, etnicidade e eurocentrismo, destacando a necessidade de recontar a história a partir de perspectivas marginalizadas. Conclui-se que a desconstrução dessas narrativas é essencial para uma compreensão mais justa e inclusiva da história de Rondônia.

Palavras-chave: Rondônia; História; Bandeirantismo; Rondon; Raça; Eurocentrismo.

Introdução

Neste texto, discutimos situações evidenciadas na disciplina de Relações Étnico-Raciais, Educação e Dinâmica Social, ofertada pelo curso de Pós-Graduação em História da Amazônia da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Nosso objetivo principal é estabelecer uma relação entre o objeto de pesquisa escolhido e os temas abordados na disciplina. O objeto de estudo desta pesquisa é o Monumento aos

Pioneiros, um mural composto por quatro placas com oito gravuras em frente e verso, que retratam aspectos relevantes da História de Rondônia. Esse monumento é frequentemente referido como uma representação da epopeia histórica do estado. No entanto, este estudo não abordará o monumento em sua totalidade, concentrando-se em dois episódios históricos nele representados: a expedição dos bandeirantes paulistas liderada por Antônio Raposo Tavares e a Comissão Rondon de Expedição e Instalação das Linhas Telegráficas.

A metodologia adotada nesta pesquisa baseia-se, primeiramente, em revisão bibliográfica sobre os fatos históricos representados no monumento e suas relações com os conflitos étnico-raciais. Segundo Fonseca (2002), a pesquisa bibliográfica consiste no levantamento e análise de obras publicadas em diversos meios, como livros e artigos científicos, com o ob-

* Licenciado e Bacharel em História pela Universidade Federal de Rondônia/UNIR. Atualmente é Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Amazônia (PPGHAm/UNIR).

** Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestrado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Possui graduação em História pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Atualmente é professor do Departamento de História da Universidade Federal de Rondônia/UNIR.



jetivo de coletar informações relevantes para o problema de pesquisa. Além disso, será realizada uma análise iconográfica, fundamentada nos métodos de leitura de imagem propostos por Erwin Panofsky (1986) em seu estudo “Iconografia e Iconologia: Uma Introdução ao Estudo da Arte da Renascença”. Panofsky destaca três níveis de interpretação da imagem: (1) a descrição pré-iconográfica, que identifica os elementos visuais básicos, como pessoas, objetos e eventos; (2) a análise iconográfica, que atribui significados convencionais às imagens, como reconhecer uma refeição representada artisticamente como a Última Ceia; e (3) a interpretação iconológica, que investiga os significados intrínsecos das representações, considerando os valores culturais, sociais e filosóficos subjacentes. Nesse último nível, as imagens tornam-se fontes indispensáveis para a história cultural (PANOFSKY, 1986).

Este estudo está estruturado em três partes principais. Primeiramente, será apresentado um breve panorama teórico sobre a historicidade, com base em autores clássicos da historiografia, como Carr (1982), Le Goff (1994) e Bloch (2001), que discutem o papel do historiador e os métodos para a construção do conhecimento histórico.

Na segunda parte, serão analisadas as figuras dos bandeirantes e de Rondon, representados no Monumento aos Pioneiros como heróis, conforme construído pelas práticas discursivas das classes dominantes. A análise será conduzida a partir da bibliografia regional sobre a história de Rondônia, incluindo autores como Ferreira (1959), Fonseca (2016), Silva (1991), Pinto (1993), Teixeira e Fonseca (2001) e Silva (2001).

Por fim, na terceira parte, discutiremos as atrocidades e as facetas do heroísmo na história regional de Rondônia, analisando as narrativas coloniais, racistas e eurocêntricas que sustentam essas representações. Essa abordagem será fundamentada em autores como Dagoberto

Fonseca (2022), Quijano (2005), Oliveira (2010) e Seyferth (2002), que discutem as relações entre raça, etnicidade e eurocentrismo.

Um breve panorama sobre História

Os significados da História estão em constante mutação, e compreender sua complexidade envolve enfrentar a dificuldade de responder à pergunta: *o que é História?* Essa questão não é nova e, por isso, não há uma definição única e fechada para esse conceito. O mais relevante é estabelecer as linhas gerais do debate em torno da natureza da História (SILVA; SILVA, 2009).

Um dos trabalhos clássicos sobre essa questão é o do historiador inglês E. H. Carr, em *Que é História?* (1982). Carr não oferece uma resposta definitiva, pois argumenta que a definição de História depende da visão que cada indivíduo tem de sua própria sociedade e do tempo em que vive. Uma de suas principais preocupações diz respeito ao conceito de fato histórico, diferenciando-o de um mero acontecimento. Para ele, o que distingue um evento corriqueiro (por exemplo, qualquer pessoa atravessando o riacho italiano Rubicão) de um fato histórico (Júlio César atravessando o Rubicão) é a relevância que o historiador atribui a esse evento. Em outras palavras, um fato só se torna histórico mediante a interpretação do historiador. Assim, o ditado de que “os fatos falam por si” é incorreto para Carr: os fatos apenas “falam” quando questionados pelo historiador. Nesse sentido, a essência da História não está nos fatos em si, mas na interpretação deles, que surge da relação entre o historiador e os acontecimentos. Apesar de ter sido escrita em 1961, sua obra permanece atual e influente na historiografia contemporânea (CARR, 1982).

Além de buscar definir História, os historiadores também se preocupam com conceitos correlatos, como fato histórico, tempo e historicidade. Essas reflexões são evidentes na chamada *Nova História*, especialmente nos escritos de Jacques Le



Goff. Ele questiona, por exemplo, a historicidade, que diz respeito à qualidade compartilhada pelos indivíduos de determinado período, refletindo um pertencimento comum ao seu tempo. O conceito de historicidade demonstra que não existem sociedades sem História e que a própria História tem uma história, pois o ato de narrar, descrever e analisar o passado depende da sociedade e do contexto de quem o faz. Assim, toda interpretação histórica deve ser compreendida dentro do seu próprio tempo (LE GOFF, 1994).

Outra concepção fundamental sobre a História é a de Marc Bloch (2001), um dos principais historiadores do século XX e fundador da Escola dos Annales. Bloch defendia a interdisciplinaridade e a aproximação da História com outras ciências humanas, como a Economia e a Sociologia. Para ele, a História não se limitava à narração e descrição, mas possuía um rigor científico, sendo “a ciência do homem no tempo”. A verdade, segundo Bloch, deveria ser um princípio fundamental da História, e cabia ao historiador julgar os fatos de maneira crítica. Um exemplo clássico dado por ele ilustra essa ideia: se uma pessoa afirma que “dois mais dois são quatro” e outra diz que “dois mais dois são cinco”, o historiador não deve buscar um meio-termo e concluir que o resultado é “quatro e meio”. Em outras palavras, não se deve relativizar a verdade histórica em nome da conciliação (BLOCH, 2001).

Os heróis estampados na história regional de Rondônia

Neste tópico, demonstraremos alguns personagens considerados heróis nacionais que fazem parte da historiografia da região de Rondônia, como os bandeirantes, sob a chefia de Raposo Tavares, e a Comissão Rondon, responsável pela expedição e instalação das linhas telegráficas.

Elogiando as classes dirigentes e lhe rendendo homenagens, ele as confere o estatuto de “herdeiras” da cultura passada. Em outros termos, ele participa – tal como

estes personagens que levantam a coroa de loureiro acima da cabeça do vencedor – deste cortejo triunfal que conduz os dominantes a marcharem por cima dos que, ainda hoje, jazem por terra (LÖWY, 2011, p. 21 *Apud* GERLANE DA SILVA, 2021).

Os bandeirantes paulistas sob a liderança de Raposo Tavares

Imagem 01: Os bandeirantes paulistas com a liderança de Raposo Tavares¹



Fonte: Arquivo pessoal dos autores.

Segundo Ferreira (1959), a bandeira de Antônio Raposo Tavares partiu de São Paulo em direção ao Oeste, em 1647. Esta expedição tinha como objetivo oficial, conforme determinação secreta da Coroa portuguesa, devassar, reconhecer e ampliar seus domínios na América. Paralelamente, havia um interesse particular de Raposo Tavares e seus companheiros na busca por metais preciosos. Os bandeirantes pertenciam a uma categoria político-social denominada nobreza, que funcionava como um prolongamento do próprio poder real, compartilhando os ideais da Coroa. A bandeira de Raposo Tavares partiu dividida em duas tropas: a primeira, sob seu comando, composta por 120 portugueses e 1.200 índios tupis; a segunda, liderada por Antônio Pereira de

1. A imagem acima na qual tem a representação de três pessoas ao centro e duas dividida a cada canto da imagem, mas infelizmente não se consegue ver pela dificuldade de a árvore está no canto, uma das pessoas ao canto, dificuldades que temos na pesquisa, mas não tira o mérito de descrição do que estaria sendo representado, a imagem acima representa “os bandeirantes paulista na liderança de Antônio Raposo Tavares” e nos cantos da imagem a representação do índio. E as diversidades de árvores e plantas representando o sertão a floresta. Baseado nos métodos panofsky (1986).



Azevedo, contava com cerca de 80 portugueses e índios tupis (FERREIRA, 1959).

A jornada iniciou-se na Vila de São Paulo, seguindo por terra até o Rio Parapanema, que foi descido até sua foz no Rio Paraná. Antônio Pereira de Azevedo percorreu o Rio Tietê até o Paraná, e ambas as tropas seguiram juntas atravessando o território dos atuais estados do Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, passando por Corumbá e enfrentando conflitos com índios guaicurús e paiaguás. Depois de atravessar a atual região boliviana e sofrer grande perda de homens por fome e sede, chegaram à região dos índios Serranos, em Potosí. Posteriormente, desceram os rios Guapaí e Mamoré, enfrentando as cachoeiras do Rio Madeira, até alcançarem Belém do Pará, três anos após a partida. A bandeira de Raposo Tavares foi a primeira expedição portuguesa a documentar as cachoeiras do Rio Madeira e as dificuldades para a navegação na região, incorporando essa área à influência política da Coroa portuguesa (FERREIRA, 1959).

Fonseca (2016) acrescenta que as entradas foram fundamentais para o reconhecimento territorial, o que facilitou negociações de fronteiras, mas não necessariamente para o povoamento efetivo da fronteira lusitana a oeste de Tordesilhas:

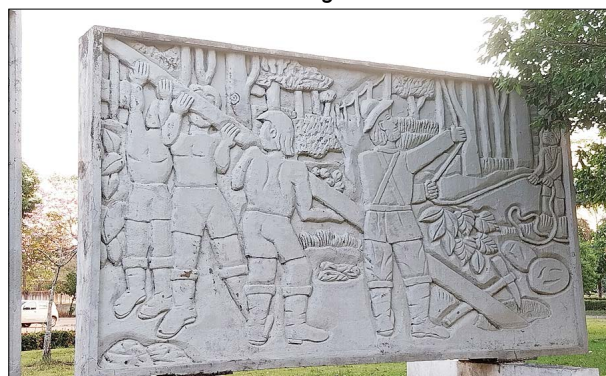
(...) as bandeiras de preação, assim também a bandeira de Raposo Tavares, não foram responsáveis diretas pelo povoamento da fronteira lusitana a oeste de Tordesilhas. Isto porque depois de atacar as aldeias indígenas ou as missões religiosas, ou ambas, os bandeirantes retornavam para leste daquela linha. Eram apenas expedições de saques que não consolidavam população de súditos portugueses em território espanhol (...). (FONSECA, 2016, p.42-43).

De semelhante forma, Silva (1991) também afirma que os bandeirantes nunca pretenderam fixar-se à terra ou nela produzir riquezas, mas somente iam em busca de enriquecimento. Embora afirme-se que os espanhóis conheciam o Rio Madeira em pleno século XVI, o mesmo, afirma que em seu trabalho ele demonstra em preser-

var os interesse lusitanos na qual preservava os domínios nacionais daquela região, como de fato aconteceu com a passagem de Raposo Tavares, por isso sua bandeira se torna tão conhecida, embora glorificado, suas ações pareça mais para vilão do que de herói: católico, que invadia aldeias e espancava padres, matava e saqueava missões e preava índios, naqueles idos da primeira metade do século XVII. Mesmo assim seus feitos foram reconhecidos por todos, na qual servem como referência aos debates de problemas fronteiriços, dos quais a vertente portuguesa acabou prevalecendo.

A Comissão Rondon e a instalação das linhas telegráficas

Imagem 02: Comissão Rondon com a instalação de linhas Telegráficas²



Fonte: Arquivo pessoal dos autores.

Cândido Mariano da Silva Rondon³ nasceu em Mimoso, no município de Santo Antônio de Leverger (MT), no dia 5 de maio de 1865. Seu pai, Cândido Mariano da Silva, faleceu em 1864, vítima de uma epidemia de varíola, e sua mãe, Claudina Lucas Evangelista, em 1867. Filho único, ficou aos cuidados do tio, Manuel Rodrigues da Silva Rondon, em cuja homenagem acrescentou o nome Rondon ao seu em 1890.

2. Na imagem temos árvores representando a floresta, três homens levantando uma espécie de tronco e dois um ao centro e outro ao canto da imagem puxando uma espécie de fio ou corda, esta imagem está destinada a representar "Rondon e a expedição de instalação das linhas telegráficas". Baseado nas concepções metodológicas de Panofsky (1986).

3. A mini biografia aqui citada é baseado no trabalho de Eduardo Klock Frank (2019), Bacharel em História / UFRGS.



Era de descendência indígena por linhagem materna. Seu bisavô, o paulista Francisco Lucas Evangelista, casara-se com Joaquina Gomes, filha de índios bororos, fixando-se na sesmaria de Morro Redondo, em Mimoso. A sesmaria passou em usufruto aos descendentes de Joaquina Gomes, e Rondon, por ter sido filho único, ocupava o primeiro lugar entre os herdeiros.

Após terminar o curso primário em Cuiabá, ingressou no Liceu Cuiabano em 1879, formando-se aos 16 anos e sendo, em seguida, nomeado professor primário. Em novembro de 1881, porém, abandonou a atividade de professor e sentou praça como voluntário no 3º Regimento de Artilharia a Cavalos, sempre em Cuiabá. Desejando cursar a Escola Militar do Rio de Janeiro, então capital do Império, veio para esta cidade em dezembro, classificado no 2º Regimento de Artilharia de Campanha.

Em março de 1883, matriculou-se no curso preparatório da Escola Militar, encerrando-o, com distinção, em dezembro de 1884. Em 1885, matriculou-se no curso de cavalaria e infantaria, concluindo-o no mesmo ano. Em 1887, terminou o curso de artilharia e, em 1888, ao encerrar o curso de estado-maior de primeira classe, foi promovido a alferes-aluno.

Não havia estradas, mas caminhos entre povoados. As comunicações provinham do Norte apenas por vias fluviais, através de vapores gaiolas ou em lanchas entre Belém e Santo Antônio do Rio Madeira. Com Cândido Mariano da Silva Rondon, foi criada, em 1907, pelo presidente Afonso Pena, uma comissão construtora de linhas telegráficas para efetuar a ligação entre Cuiabá e Santo Antônio do Rio Madeira, ponto inicial da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, na qual Rondon era chefe. O governo federal tinha como propósito unir, por linhas telegráficas, o Sul ao Norte do país através do Oeste (PINTO, 1993).

Construída essa linha, o sistema de comunicação nacional estaria mais adiantado, pois de Santo Antônio do Rio Madeira a Manaus estava sendo instalada uma estação telegráfica sem fio. Por iniciativa

da empresa Amazon Telegraph Company já existia entre Manaus e Belém, desde 1896, telegrafo por cabo submerso. O plano, porém, só estaria concluído com a construção de ramais telegráficos até o Acre, Alto Purus e Alto Juruá, em conexão com a estação central de Cuiabá (PINTO, 1993, p. 115).

Além das linhas telegráficas e serviços afins, essa comissão também ficou encarregada de efetuar levantamentos geográfico, botânico, zoológico, geológico, etnológico e antropológico, além de verificar a situação das tribos indígenas naquela região. Essa comissão passou a ser reconhecida como “Comissão Rondon” (PINTO, 1993).

Paralelamente a construção de ferrovias, o telegrafo deveria ser instrumento de modernidade, capaz de assegurar a chegada do progresso e de estabelecer a civilização nos confins mais isolados do país. Desta forma assegurava-se o estabelecimento de núcleos de povoamento, garantia-se a segurança das fronteiras e procedia-se uma política que possibilitaria, ao longo do tempo, a integração dos indígenas e tapuios à sociedade brasileira, tornando-os “civilizados e uteis” (TEIXEIRA; FONSECA, 2001, p.146).

Rondon, depois de ter passado pela cachoeira de Samuel e ter chegado ao porto da velha povoação de Santo Antônio, sobre a barranca da margem direita do rio Madeira, relata não ter lembrança de jamais ter visto outro povoado de aspecto tão feio e tristonho. Constituída por uma população de aventureiros vindos de outras partes do mundo, repleta de vícios e alcoolismo, parecia querer erigir, como padrão de glória, o desprezo pela higiene e pelo asseio (PINTO, 1993).

Os trabalhos realizados pela Comissão Rondon tinham uma natureza braçal e seguiam ritmo, ordem e disciplina militares. Os trabalhadores eram formados por civis e militares. Grande parcela desse contingente era arregimentada de forma violenta, como ocorreu com os marinheiros envolvidos na Revolta da Chibata, em 1910, que foram enviados pelo capitão Matos Costa para trabalhar na linha telegráfica. A



coerção e a violência física eram utilizadas para evitar fugas e manter o ritmo acelerado dos trabalhos (TEIXEIRA; FONSECA, 2001).

Segundo Silva (2001) em seu livro *Da chibata ao inferno*, descreve que os homens do navio Satélite foram trabalhar na construção das linhas telegráficas, de Cárcere, no Mato Grosso a Santo Antônio do Madeira, o mesmo relata uma situação de transtorno:

Já no primeiro dia no transporte daqueles homens para o acampamento fora fuzilado abruptamente um daqueles homens e segundo o médico Belfort, os oficiais decidiram que, aqueles martírios acontecidos ou por acontecer seriam relatados como causa mortis a malária; na verdade, em nenhum relatório do Cel Rondon, consta qualquer fuzilamento. (SILVA, 2001, p. 87-88).

Os trabalhos foram realizados entre 1907 e 1915, resultando na construção de 2.270 km de linhas telegráficas, com um total de 28 estações. A importância da obra foi tamanha que fixou núcleos de povoamento na região, como Vilhena, Pimenta Bueno e Jarú, que posteriormente dariam origem ao estado de Rondônia (TEIXEIRA; FONSECA, 2001).

As atrocidades e facetas do heroísmo na história de Rondônia

Neste ponto da pesquisa, abordaremos o que está por trás dessa história colonialista atribuída à história regional de Rondônia. Segundo João Pacheco de Oliveira, ele retrata um pouco sobre essa concepção colonialista:

Tais imagens, apesar de estarem dentro de nós e as sentirmos como familiares, não foram de modo algum por nós produzidas. São rigorosamente exteriores e arbitrárias, convenções cujos pressupostos frequentemente desconhecemos. Depositadas em nossa mente, resultam do entrelaço de concepções engendradas por gerações passadas, formuladas em lugares próximos ou distantes de nós. Mas são elas que dirigem nossas perguntas e ações, e muitas vezes governam nossas expectativas e emoções. (OLIVEIRA, 2010, p. 21).

Analisando essa concepção colonialista, observamos no tópico anterior dois fatos históricos que estão cravados em um monumento e também na bibliografia regional de Rondônia. O primeiro fato refere-se à passagem de Antônio Raposo Tavares. A bibliografia menciona que ele veio sob o intermédio da Coroa como comandante superior, com os índios tupis como subordinados, em busca de riquezas e de outros índios para torná-los escravos, devassar, reconhecer, conquistar e ampliar seus domínios. É como se Raposo Tavares viesse em nome da civilização, enquanto o índio, em segundo plano, para poder participar da civilização, teria que seguir os passos do europeu e sair do estado de barbárie. Nos conceitos de Giralda Seyferth, ela relata:

A dicotomia entre bárbaros e civilizados foi consequência lógica desse pressuposto, e o conceito de bárbaro, aplicado de diferentes maneiras, tem um sentido comum a todos os usos: a implicação de inferioridade. Surgida para designar o outro (depois assumido como intruso, estranho ou estrangeiro), logo se tornou palavra denotativa de desigualdade cultural e incivilidade, pois a natureza bárbara sempre foi definida por distintivos como a ferocidade e a crueldade (que simbolizam, por um lado, a base comportamental mais do que racial da definição, mas, por outro, deixam em dúvida a unidade da espécie humana) (SEYFERTH, 2002, p. 18).

Segundo Seyferth (2002), as concepções e os pressupostos etnocêntricos de definição do barbarismo prevaleceram no mundo cristão medieval, apesar da crença em um único progenitor para a humanidade (a unidade do gênero humano assegurada pelo livro do Gênesis). De fato, a ideia de conversão tornou possível a transformação dos bárbaros em cristãos (sobretudo em âmbito europeu). Nesse sentido, o uso do termo impôs um novo sinônimo para designar os outros: pagão, verdadeira antítese do cristão, um tipo culturalmente definido, sem referências fenotípicas.

Dando continuidade, um termo que podemos enfatizar e que traz uma rica expressão está nos dizeres de Aníbal Quijano:



A América constituiu-se como o primeiro espaço/tempo de um padrão de poder de vocação mundial e, desse modo e por isso, como a primeira id-entidade da modernidade. Dois processos históricos convergiram e se associaram na produção do referido espaço/tempo e estabeleceram-se como os dois eixos fundamentais do novo padrão de poder. Por um lado, a codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados na ideia de raça, ou seja, uma supostamente distinta estrutura biológica que situava a uns em situação natural de inferioridade em relação a outros. Essa ideia foi assumida pelos conquistadores como o principal elemento constitutivo, fundacional, das relações de dominação que a conquista exigia. Nessas bases, consequentemente, foi classificada a população da América, e mais tarde do mundo, nesse novo padrão de poder. Por outro lado, a articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, em torno do capital e do mercado mundial (QUIJANO, 2005, p.117).

O tópico anterior menciona que a bandeira de Raposo Tavares foi a primeira a reconhecer a Região do Madeira, mas também afirma que os espanhóis já conheciam a região desde o século XVI. Ao analisar essa situação na bibliografia, percebe-se uma disputa de narrativas, que simultaneamente enterra evidências da existência de outros povos e culturas nesta região, apagando-as por meio de um discurso cientificista que legitima a conquista lusitana como verdade histórica estabelecida.

Segundo Dagoberto Fonseca (2022), os imperialismos impetrados pela Europa Ocidental no continente africano e fora dele, inclusive nas Américas, aprofundaram uma visão distorcida da realidade social e cultural de povos, nações, civilizações e etnias. Especialmente após a Revolução Industrial Inglesa e a constituição da burguesia francesa como detentora da hegemonia política e cultural, nos séculos XVIII, XIX e XX, as academias de letras e ciências humanas e sociais tornaram-se agentes produtores e difusores do pensamento único, criando uma história com uma única autoria e voz, monopolizando o

conhecimento científico e tecnológico global.

O segundo fato a ser analisado, mencionado no tópico anterior, refere-se a Rondon e à expedição de instalação das linhas telegráficas, conduzida sob o discurso da civilização e da integração da região Oeste com o centro do Brasil.

É dentro desse jogo de imagens e representações que veio a surgir e ganhar grande significação o indianismo, transformado em símbolo de unidade da jovem nação. O Índio do passado foi reabilitado, dignificado em seus valores e motivações, bem com justificadas as acusações que recebia na vida cotidiana (cruel, traiçoeiro, preguiçosos, etc.). (OLIVEIRA, 2010, p. 32).

Segundo Pacheco de Oliveira, a maneira como o indígena amazônico era visto, especialmente nos períodos em que Rondon passou pelo Oeste em sua expedição, revela uma visão estereotipada e excludente:

As populações indígenas da Amazônia igualmente passaram a ser pensadas tão somente segundo as imagens produzidas para os Índios bravos, isto é, como primitivos habitantes das fronteiras internas da nação, exteriores aos circuitos econômicos e sociais. Ou seja, ou coletividades virtualmente perigosas, remetidas aos estágios mais rudimentares da civilização; ou pessoas com parca capacidade de adaptação ao mundo contemporâneo, demandando um olhar complacente, totalmente dependente de uma mediação tutelar e protetora (OLIVEIRA, 2010, p. 33).

Rondon considerava que os indígenas estavam em formas de estágio de evolução, e que para serem parte da nação do Brasil só seria cabível uma proteção leiga e fraternal que lhes permitissem uma lenta e espontânea evolução (OLIVEIRA, 2010).

Em termos de imagens e representações sobre o indígena o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) não inovou, mas apenas deu seguimento a um reverso ocorrido no pós-Independência (já comentada anteriormente). Para o indigenismo rondoniano, o Índio era um ser primitivo, que ainda desconhecia o homem branco, sendo sempre pensado como ameaçado de ex-



tinção por sua difícil adaptação ao mundo contemporâneo. A atenção do indigenismo se dirigiu exclusivamente ao Índio bravo (na acepção colonial de aquele que não era batizado nem participava regularmente de circuitos de troca ou de trabalho com os regionais), sobre o qual se propunha a executar uma tutela protecionista, que o viesse a incorporar como um brasileiro. As intenções de José Bonifácio e as concepções dos indianistas podiam ser facilmente percebidas, re-fraseadas no jargão positivista de um missionarismo laico (OLIVEIRA, 2010, p. 33).

O mesmo padrão de violência e controle foi imposto aos negros da Revolta da Chibata, enviados para trabalhar na expedição. Muitos foram submetidos ao trabalho forçado ou mesmo à escravidão. Em um episódio emblemático, um dos negros foi executado por fuzilamento como exemplo para evitar rebeliões. No entanto, a Comissão ocultou esse fato, registrando a morte como decorrente de malária, uma doença tropical comum na região.

Considerações finais

A análise desenvolvida ao longo deste artigo permitiu-nos refletir sobre as narrativas históricas que moldam a identidade regional de Rondônia, especialmente aquelas representadas no Monumento aos Pioneiros. Ao examinar os episódios da expedição de Antônio Raposo Tavares e da Comissão Rondon, evidenciamos como essas narrativas foram construídas sob uma perspectiva colonialista, eurocêntrica e racista, que privilegia a visão dos dominantes e silencia as vozes dos povos indígenas, afrodescendentes e outras comunidades marginalizadas.

O heroísmo atribuído a figuras como Raposo Tavares e Rondon reflete uma historiografia que glorifica a conquista e a dominação, enquadrando-as como atos civilizatórios. No entanto, como demonstrado, essas narrativas ocultam atrocidades, violências e processos de exclusão que marcaram a história da região. A bandeira de Raposo Tavares, por exemplo, não foi apenas uma expedição de reconhecimento territorial, mas também um empreendimento

marcado pela escravização de indígenas e pela destruição de comunidades. Da mesma forma, a Comissão Rondon, embora tenha sido celebrada por sua contribuição à integração nacional, perpetuou práticas de violência e controle, tanto contra indígenas quanto contra trabalhadores negros submetidos a condições análogas à escravidão.

Essas narrativas hegemônicas, como aponta Dagoberto Fonseca (2022), são fruto de um projeto científico e político que busca legitimar a dominação europeia e branca, construindo uma história única e monolítica. No entanto, é fundamental questionar essa visão e reconhecer a pluralidade de experiências e perspectivas que compõem a história de Rondônia. Os povos indígenas, por exemplo, não são meros coadjuvantes ou vítimas passivas, mas protagonistas de suas próprias histórias, com culturas, saberes e resistências que precisam ser valorizados e incluídos na narrativa histórica.

Nesse sentido, este estudo reforça a necessidade de descolonizar a historiografia regional, adotando abordagens que questionem as narrativas dominantes e ampliem o escopo das fontes e metodologias utilizadas. A iconografia, como proposto por Panofsky (1986), mostrou-se uma ferramenta valiosa para desvendar os significados subjacentes às representações visuais, mas é igualmente importante incorporar fontes orais, documentais e arqueológicas que revelem as perspectivas dos grupos subalternizados.

Além disso, a reflexão sobre o conceito de historicidade, discutido por autores como Carr (1982), Le Goff (1994) e Bloch (2001), nos lembra que a história não é um conjunto de fatos objetivos, mas uma construção social e cultural, influenciada pelo contexto e pelas intenções de quem a escreve. Portanto, cabe aos historiadores e pesquisadores contemporâneos assumir uma postura crítica e ética, reconhecendo as limitações e os vieses das narrativas tradicionais e buscando reconstruir a história de forma mais inclusiva e plural.



Por fim, este artigo não pretende descartar ou negar a importância dos fatos históricos analisados, mas sim contestar as interpretações hegemônicas que os cercam. A história de Rondônia, como a de qualquer região, é complexa e multifacetada, e só pode ser compreendida em sua totalidade quando consideramos as vozes e as experiências de todos os grupos que a compõem. Recontar essa história a partir de novos pontos de vista não é apenas um exercício acadêmico, mas um ato de justiça e reparação, que contribui para a construção de uma sociedade mais democrática e igualitária.

Referências

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apolo-
gia da história, ou, O ofício de historia-
dor**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

CARR, Edward Hallett. **Que é História?**
Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

FERREIRA, Manoel Rodrigues. **A Ferro-
via do Diabo**. São Paulo: Melhoramentos,
1959.

FONSECA, Dagoberto José. O Ocidente
Mente – uma mente por detrás do Ociden-
te – A “ciência” (p. 30 a 62). In **As Mentiras
do Ocidente**. FONSECA, Dagoberto José
(Org.), São Paulo: Selo Negro, 2022.

FONSECA, Dante Ribeiro da. **Estudos de
História da Amazônia/Volume II**, Porto
Velho: Nova Rondoniana, 2016.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pes-
quisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FRANK, Eduardo. Klock. **Cândido Maria-
no da Silva Rondon e sua Obra**. Acesso
em 2024 [https://www.inf.ufrgs.br/rondon/
wp-content/uploads/2020/10/Artigo_
MalRondon.pdf](https://www.inf.ufrgs.br/rondon/wp-content/uploads/2020/10/Artigo_MalRondon.pdf).

GERLANE DA SILVA, S. Os “heróis” na-
cionais e uma história “a contrapelo” den-
tro da sala de aula. **Das Amazônias**, [S.
/], v. 4, n. 2, p. 136–140, 2021. Disponível
em: <https://periodicos.ufac.br>. Acesso em:
7 jul. 2024

LE GOFF, Jacques. **História e memória**.
Campinas: Ed. Unicamp, 1994.

LÖWY, Michael. “**A contrapelo**”. A con-
cepção dialética da cultura nas teses de
Walter Benjamin, (1940). *Lutas sociais*,
São Paulo, n. 25-26, p. 20-28, 2010-2011.

OLIVEIRA, João. Pacheco. **Narrativas e
imagens sobre povos indígenas e Ama-
zônia: uma perspectiva processual da
fronteira.**, 2010.

PANOFISKY, E. “Iconografia e Iconologia:
Uma introdução ao estudo da arte da Re-
nascença”. In: **Significado nas Artes Vi-
suais**. Tradução: Maria Clara F. Kneese e
J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 2ª
ed., 1986, p. 47-65.

QUIJANO, A. 2005. Colonialidade do Po-
der, Eurocentrismo e América Latina.
In: CONSEJO LATINOAMERICANO DE
CIENCIAS SOCIALES. **A colonialidade
do saber: eurocentrismo e ciências so-
ciais. Perspectivas latino-americanas**.
Buenos Aires, CLACSO, p. 117-142. Dis-
ponível em: [http://bibliotecavirtual.clacso.
org.ar](http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar). Acesso: 28/10/2020.

SEYFERTH, Giralda. O beneplácito da de-
sigualdade: Breve digressão sobre o racis-
mo no Brasil. In: **Racismo no Brasil**. São
Paulo: Peirópolis, ABONG, 2002.

SILVA, Amizael Gomes da. **Amazônia:
Porto Velho**, Porto Velho, Palmares, 1991.

SILVA, Amizael Gomes da. **Da chibata ao
inferno**, Porto Velho, EDUFRO, 2001.

TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues &
FONSECA, Dante Ribeiro da. **História Re-
gional (Rondônia)**. Porto Velho, Rondo-
niana, 2001.

-----//-----

Abstract: This work analyzes two historical epi-
sodes in Rondônia: the bandeirante expedition led
by Antônio Raposo Tavares in the 17th century and
the Rondon Commission, responsible for the instal-
lation of telegraph lines in the early 20th century.
Both are often portrayed as heroic milestones, but
from a critical perspective, they reveal deep ties to
colonialism, racism, and Eurocentrism. Tavares’ ex-
pedition, though celebrated for territorial expansion,
promoted the enslavement of Indigenous peoples
and the destruction of communities. Similarly, the
Rondon Commission, under the guise of progress,
perpetuated violence and assimilationist practices
against Indigenous and Black workers. Using bib-



liographic review and iconographic analysis, the study questions the hegemonic narratives that glorify these figures while obscuring their atrocities. Drawing on authors such as Dagoberto Fonseca (2022) and Aníbal Quijano (2005), the work proposes a critical reflection on race, ethnicity, and Eurocentrism, emphasizing the need to retell history from marginalized perspectives. It concludes that deconstructing these narratives is essential for a more just and inclusive understanding of Rondônia's history.

Keywords: Rondônia, History, Bandeirantism, Rondon, Race, Eurocentrism.

Resumen: Este trabajo analiza dos episodios históricos de Rondônia: la expedición bandeirante de Antônio Raposo Tavares en el siglo XVII y la Comisión Rondon, responsable de la instalación de líneas telegráficas a principios del siglo XX. Ambos suelen ser retratados como hitos heroicos, pero, desde una perspectiva crítica, revelan vínculos profundos con el colonialismo, el racismo y el eurocentrismo. La expedición de Tavares, aunque celebrada por la expansión territorial, promovió la esclavización de pueblos indígenas y la destrucción de comunidades. De manera similar, la Comisión Rondon, bajo el discurso del progreso, perpetuó violencias y prácticas asimilacionistas contra indígenas y trabajadores negros. Utilizando revisión bibliográfica y análisis iconográfico, el estudio cuestiona las narrativas hegemónicas que glorifican a estas figuras, ocultando las atrocidades cometidas. Con base en autores como Dagoberto Fonseca (2022) y Aníbal Quijano (2005), se propone una reflexión crítica sobre raza, etnicidad y eurocentrismo, destacando la necesidad de recontar la historia desde perspectivas marginadas. Se concluye que la deconstrucción de estas narrativas es esencial para una comprensión más justa e inclusiva de la historia de Rondônia.

Palabras clave: Rondônia, Historia, Bandeirantismo, Rondon, Raza, Eurocentrismo.

Recebido em: 16 de setembro de 2024.

Aceito em: 12 de outubro de 2024.